



Quanto ao recurso e contrarrecurso apresentados no processo 9879/2024, passamos para análise:

Quanto a indagação de que a empresa R.A.M. MARQUES COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA não possui CNAE para execução do item licitado, é importante salientar que o objeto da presente licitação se tratar de Execução de Serviços de Manutenção em equipamentos odontológicos com fornecimento de peças. Desta forma, há a necessidade de dois CNAE's específicos, um para comercialização de instrumentos e materiais para uso médico e outro para manutenção e reparação de aparelhos. Consultando o referido CNPJ é constatado que a empresa R.A.M. MARQUES COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA possui como atividade principal o Comércio atacadista de instrumentos médicos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e laboratórios e como atividades secundárias CNAE's compatíveis com a execução de serviços de manutenção e reparação de equipamentos e aparelhos.

Quanto a indagação da ausência de comprovação técnica, consta inverídica a solicitação, haja vista que a referida empresa apresentou o atestado de capacidade técnica e demais documentos pertinentes a responsabilidade técnica, como a AFE e o registro no respectivo conselho.

Trazemos a luz a Resolução nº 1.121 de 13/12/2019 que dispõe sobre o registro de pessoas jurídicas nos Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia e dá outras providências e a Lei nº 5.194/1966 que regula o exercício das profissões de engenheiro, arquiteto e engenheiro agrônomo e dá outras providências. A referida lei, no Artigo 24º “Estabelece que o CREAs tem a competência de fiscalizar o exercício profissional e as empresas registradas, garantindo que os serviços prestados estejam em conformidade com as normas técnicas e de segurança”.

Referente a necessidade do alvará sanitário para execução de serviços de manutenções preventivas e corretivas de equipamentos hospitalares, o assunto em tela já foi alvo de decisão pacificada no Tribunal de Justiça do Paraná no sentido de

“(TJ-PR - AI: XXXXX20228160000 Maringá XXXXX-17.2022.8.16.0000 (Acórdão), Relator: Carlos Mansur Arida, Data de Julgamento: 28/11/2022, 5ª Câmara Cível, Data de Publicação: 02/12/2022): (i) tem como objeto em seu contrato social a manutenção e reparação de equipamentos e, por incluir aparelhos médicos e hospitalares, acaba por fazer parte do inciso XXX do art. 586 do Código de Saúde Municipal; (ii) por não ser distribuidora e fabricante de equipamentos e produtos médico-hospitalares, não é necessária a prévia autorização de funcionamento junto à Anvisa;”

Neste sentido, em consonância com o parecer encaminhado por e-mail da Vigilância Sanitária do Município de Barra do Piraí, fica explícito que a atividade em questão é dispensada de licenciamento sanitário, pautando-se pelas resoluções SES/RJ 2191/2020 e SES/RJ 3191/2023, sendo o alvará sanitário exigido apenas para a atividade





PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ VALE RIO PRETO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

de comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios.

Neste sentido, opino pelo indeferimento do recurso provido pela empresa MEDKER EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA, entendendo que a empresa R.A.M. MARQUES COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA encontra-se apta para a prestação do referido serviço.

São José do Vale do Rio Preto, 10/07/2024.

Vanessa Quintas Ribeiro
Coordenadora de Odontologia





MUNICIPIO SÃO JOSE DO VALE DO RIO PRETO

RUA PROFESSORA MARIA EMÍLIA ESTEVES, Nº 691 - CENTRO

SJVRP/RJ - CEP: 25780-000

FONE (24) 2224-7404



CÓDIGO DE ACESSO

DEB4A88F32FB45848E4AD76C0FD5EAAD

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo

<https://sjvriopreto.flowdocs.com.br/public/assinaturas/DEB4A88F32FB45848E4AD76C0FD5EAAD>